

# A DINÂMICA RECENTE, IMPACTO SOCIAL E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – 1970/2008.

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (UFMA)  
Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA)

**Resumo:** *O estudo que apresentamos faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido pelo departamento de economia da UFMA e o IMESC ( Governo do Estado) e financiado pela FAPEMA, sobre as características da formação econômica Maranhão e do seu desenvolvimento sócio-econômico recente. Neste espaço, pretendemos somente fazer uma síntese sobre a dinâmica sócio-econômica maranhense, a partir dos dados coletados nos Censos Econômicos e Demográficos do IBGE, principalmente, as Contas Regionais, articulando tal dinâmica à inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nosso objetivo é abordar a fragilidade e a insustentabilidade da dinâmica econômica recente do estado e as conseqüências sociais, os percalços e as perspectivas da economia e sociedade maranhense.*

**Palavras-chave:** Economia – Brasil – Maranhão – Capitalismo – Agricultura – Desenvolvimento sustentável.

**Abstract:** *The present study that is part of a broader study undertaken by the department of economy of UFMA and IMESC (Government of the State) and funded by FAPEMA, on the economic characteristics of training Maranhão and its recent socio-economic development. In this area, we want only to summarize on the socio-economic dynamics Maranhão, from the data collected in the Census of Economic and Demographic IBGE, mainly, the regional accounts, articulating this dynamic incorporation of Maranhão in the development of capitalism Brazil. Our goal is to address the fragility and the unsustainability of the economic dynamics of recent state and the social consequences, the mishaps and the prospects of the economy and society Maranhão.*

**Keywords:** Economy - Brazil - Maranhao - capitalism - Agriculture - Sustainable Development.

## Introdução.

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo<sup>1</sup>, sobre as características da formação econômica Maranhão e do seu desenvolvimento sócio-econômico recente. Neste espaço, pretendemos somente fazer uma síntese preliminar desta pesquisa maior sobre a dinâmica sócio-econômica maranhense, a partir dos dados coletados nos Censos Econômicos e Demográficos do IBGE, principalmente, as Contas Regionais, articulando tal dinâmica à inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A dinâmica sócio-econômica do Maranhão nas últimas quatro décadas do século XX reflete a ação do Estado brasileiro, sob diferentes aspectos. Em particular nas políticas de desenvolvimento regional e setorial, esta relação teve como objetivo único garantir o processo de reprodução ampliada do capital. Para tanto, foi acionado uma gama de instrumentos de ordem fiscal e creditício – bem como a ação do próprio Estado como o

---

<sup>1</sup> Desenvolvido pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudo Econômico e Social e de Cartografia ) em conjunto com o Departamento de Economia da UFMA.

papel de empresário – a fim de criar uma demanda, por meio do gasto público, e estruturar a oferta, priorizando atividades ou locais específicos de inversão.

Os manuais de macroeconomia afirmam que a acumulação e a reprodução ampliada do capital pressupõem notadamente uma expansão contínua de mercados – portanto da demanda – e de taxas de lucros atraentes. Mercados em expansão pressupõem crescimento da oferta e esta de novos investimentos a fim de aumentar a capacidade de produção instalada, salvo se o setor já estiver operando com altas margens de capacidade ociosa, o que neste caso, a oferta cresce sem a necessidade de novas inversões.

Há certo consenso entre os economistas em reconhecer que a economia capitalista se expande dentro de um padrão cíclico, sob forma de um movimento oscilatório ao longo de um determinado período temporal. Isto significa afirmar que o crescimento econômico assume um caráter errático que flutua ao longo do tempo e que o mesmo está vinculado fundamentalmente ao fator investimento, que por seu turno, tem a ver com os determinantes da demanda e da oferta agregada.

De acordo com os modelos macro-dinâmico keynesiano-kaleckiano, o grande problema de uma economia capitalista se encontra do lado da demanda e da sua sustentação para manter o nível de atividade e, portanto, da renda e do emprego. E isso, passa essencialmente pela decisão de investir e secundariamente pela de consumir. Esta última é função essencialmente da renda, sendo estável a longo prazo; enquanto que a primeira é função de outras variáveis tais como, a taxa de lucro (expectativa de retorno), a eficiência marginal do capital (uso alternativo que tem o capital) e a taxa de juros de longo prazo<sup>2</sup>. Em resumo estas três variáveis constituem importantes ao fator investimento.

Para Keynes, como a propensão a consumir é relativamente estável e varia de acordo com o comportamento da renda, é o investimento a variável chave que explica a instabilidade do sistema capitalista e que lhe dá o caráter flutuante do nível de atividade econômica, portanto, do produto e emprego<sup>3</sup>. A razão disso para Keynes e também para Kalecki decorre do comportamento das variáveis que interferem na decisão de investir.

Em resumo, percebe-se que, no quadro da macroeconomia há um conjunto complexo de variáveis de ordem econômica e psicológica levados em consideração pelo investidor no momento de investir na ampliação da capacidade produtiva e assim qualquer indecisão significa postergar o início de uma atividade e, portanto, do crescimento econômico.

Foi neste contexto de oferecer condições para que investimentos crescentes fossem carreados para a economia, que o governo, ao longo da segunda metade do século XX, através de suas políticas macroeconômicas – fiscal, monetária e cambial – regionais e setoriais e, ainda na própria participação sob forma de investimento em infra-estrutura econômica e social e em atividades diretamente produtivas, tentou acelerar o processo de expansão capitalista no país, especialmente em áreas atrasadas via instalação de médias e grandes empresas, com a intenção de alterar o perfil produtivo das regiões brasileiras e ao mesmo tempo aumentar a oferta e produtividade.

---

<sup>2</sup> Aqui reside uma divergência entre a demanda efetiva em Kalecki e Keynes no que toca à taxa de juros. Kalecki não vê relevância na taxa de juros como variável importante na decisão de investimento, pois para ele o juro a longo prazo é estável. O que interfere na decisão de investimento, para ele, seria: a disponibilidade de recursos financeiros próprios; a variação nos lucros; e, a variação no estoque de capital fixo. Ver KALECKI, M. (1954). *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

<sup>3</sup> KEYNES, J.M. (1936). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Nosso objetivo neste estudo é justamente analisar o impacto das políticas econômicas dos governos centrais no processo de inserção da economia maranhense no quadro do desenvolvimento do capitalismo nacional, entre as décadas de 1970 e 1980, bem como sua dinâmica recente. Como o Maranhão se inseriu no quadro dos projetos de desenvolvimento do país? Por que o Maranhão, com todos os incentivos, não conseguiu alavancar sua economia? Quais os entraves que tornam insustentável o desenvolvimento sócio-econômico do estado? Quais as perspectivas para a economia e sociedade maranhense com as inversões do PAC ? São estas perguntas que tentaremos responder. Mas em primeiro lugar, faz-se necessário uma breve exposição do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu impacto regional. Em seguida, a análise da dinâmica da economia maranhense nestes últimos quarenta anos. Por fim, apontar alguns entraves que bloqueiam o desenvolvimento do estado e perspectivas.

## **1 Expansão capitalista e a integração do mercado nacional.**

O mercado nacional, integrado setorialmente – agricultura e indústria –, bem como regionalmente, articulando as diversas regiões do espaço nacional, foi de extrema importância para o desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras, não se entende a formação e o desenvolvimento do capitalismo em um país sem as mediações históricas do seu passado nacional, isto é, a gênese do Estado Nacional e a construção de um mercado nacional. Smith analisou em *A riqueza das nações* que o comércio efetuado entre o campo e a cidade constitui o progresso natural da riqueza, pois se complementam. Assim, na concepção smithiana campo e cidade constituem o mercado nacional. É o grau de articulação comercial entre ambos que determina a riqueza de um país<sup>4</sup>.

No quadro da Crítica da Economia Política, Lênin ao analisar o *desenvolvimento do capitalismo na Rússia*<sup>5</sup>, atenta para os aspectos da importância da formação do mercado interno para a circulação mercantil e como ele cria as bases para o estabelecimento da grande indústria a qual subordina os demais setores da economia, determinando assim, a reprodução ampliada do capital.

É necessário afirmar que não estamos defendendo uma teoria geral ou fixando leis gerais sobre a gênese do capitalismo, pois a nosso ver, tomando emprestado a afirmação de Marx de que, *não existe uma marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem...*<sup>6</sup>; e sim, o queremos centrar é num determinado momento lógico desse processo de desenvolvimento, ou seja, o papel da constituição do mercado nacional, que possibilite a reprodução ampliada do capital.

---

<sup>4</sup> SMITH, A. (1776). *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro III, Cap., I, pp., 321-324.

<sup>5</sup> LENIN, V. I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. Existe uma vasta literatura que aborda a relação Estado Nacional-Mercado Nacional-Capitalismo. Citamos aqui como nossas referências: OLIVEIRA, C. A. B. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 2003. SERENI, E. *Capitalismo y mercado nacional*. Barcelona: Editorial Crítica. 1980.

<sup>6</sup> Sobre a afirmação de Marx, consultar: MIKHAILOVSKI, N. K. *O dilema do marxista russo*. In: FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

No Brasil, o capitalismo só se expande, justamente, a partir do movimento de integração do mercado nacional, que se dá a partir da década de 1930. A formação do Estado Nacional, com a independência em 1822 e seus desdobramentos no Segundo Império – 1841/1889 e a Primeira República – 1889/1930 –, não estabeleceram as bases concretas para a organização de um mercado interno<sup>7</sup>.

Até 1930, o mercado nacional brasileiro era pouco integrado, onde suas grandes regiões estavam voltadas para o comércio internacional de produtos agrícolas e sua indústria pouco diversificada, reflexa do setor primário e voltada para mercados regionais pouco capitalizados, com exceção de São Paulo, Rio de Janeiro e algumas cidades concentradoras de recursos exportáveis. Poder-se-ia afirmar que o país ainda estava num processo de transição de seu regime de trabalho – da escravidão para o trabalho assalariado – que embora o trabalho compulsório tenha se extinguido em 1888, a consolidação das relações capitalistas de produção só deu-se na segunda metade do século XX, tendo, principalmente o campo, vivido formas híbridas de trabalho livre, mas de caráter pré-capitalista, tais como a meação, colonato, aforamento (morador), etc.

1930 é o marco para o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois ocorre a partir daquela década uma transformação estrutural importante, o fim de um ciclo – a crise da hegemonia agrário-exportadora – e o início de outro – o da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial – na economia brasileira. Trata-se, em suma, como bem afirmou Francisco de Oliveira, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distintos, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*<sup>8</sup>. Neste contexto, alguns aspectos passam a desempenhar um papel de enorme significação.

O primeiro deles é o papel do Estado. O Estado terá como função a *regulamentação dos fatores*, isto é da oferta e demanda dos fatores no conjunto da economia, cujo principal é a regulamentação das leis de relação entre o capital e o trabalho<sup>9</sup>; a *eliminação das barreiras alfandegárias internas* – centralização fiscal a partir da erradicação de impostos interestaduais e intermunicipais – organizando assim o movimento interno de mercadorias e serviços<sup>10</sup>; e, a *intervenção do próprio setor público na esfera econômica*, seja operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre diversos grupos de capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos; seja operando na própria esfera da produção, subsidiando outras atividades produtivas.

O segundo aspecto refere-se ao papel da agricultura, que passa a ter a partir desse momento uma função qualitativamente distinta. Ou seja, de um lado, por ser subsector dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa. De outro, por ser subsector de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das populações urbanas, para não elevar o custo da alimentação e das matérias-primas, além de não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial. Segundo Francisco Oliveira, em torno desse ponto girará a estabilidade

---

<sup>7</sup> Neste ponto a experiência brasileira é bastante distinta às experiências dos países de revolução burguesa do tipo clássica – Inglaterra e França – e dos EUA, os quais a formação do Estado Nacional e a constituição do mercado nacional se fazem concomitante, em que tal movimento conjunto é peça fundamental para a reprodução ampliada do capital.

<sup>8</sup> Cf., OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, pg., 35.

<sup>9</sup> Cf., Ibid. pg., 36.

<sup>10</sup> Sobre isto ver: CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Capítulo 5.

social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do *exército industrial de reserva*<sup>11</sup>.

Dessa forma, o processo de industrialização iniciado no *Estado Novo* (1937-1945) teve como suporte o setor público o qual tinha como principal objetivo criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, pudesse se reproduzir.

Dividimos o processo de industrialização brasileiro em duas grandes fases complementares. A primeira foi denominada por Cardoso de Mello de *industrialização restringida* – 1933/1956<sup>12</sup>. Nesta fase predomina a indústria de bens de consumo correntes, notadamente têxteis e alimentos, que se desenvolveu no último quartel do século XIX e se diversificou na década de 1920<sup>13</sup>. É o momento em que as bases da economia brasileira passam a se assentar na dinâmica da acumulação ditada pelo capital industrial, não obstante a expansão industrial ser suficiente ainda para gerar demanda específica que permita a introdução de ramos mais dinâmicos como bens de capital e bens duráveis, responsáveis pela verticalização industrial.

A segunda fase, denominamos de *industrialização pesada* 1956/1980. É a fase de expansão do ramo de bens intermediários e implantação e consolidação dos ramos de bens de capital e consumo duráveis. Iniciou-se com o Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) e se consolidou no Regime Militar (1964-1985)<sup>14</sup>. Nesta fase, consolida-se também o papel do capital internacional como ator importante no processo de industrialização, principalmente, no correr do Regime Militar, o qual reforçou o ambiente institucional, consolidando a matriz industrial e estabelecendo um novo padrão de complementaridade entre as formas de capitais, tais como o desenvolvimento de *joint-ventures* – aliança entre capital estatal e privado, nacional e estrangeiro – que passam a determinar os principais investimentos industriais no Brasil. Foi a partir daí que, segundo Possas, o tradicional tripé da economia brasileira – Estado, capital estrangeiro e capital privado nacional – reúnem suas forças em empreendimentos comuns como um caminho para a coexistência mais cautelosa e mutuamente rentável<sup>15</sup>.

É com o Regime Militar também que se organiza o sistema financeiro nacional, através da criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e a reforma do mercado de capitais, cujos objetivos eram melhorar a articulação entre o capital industrial e financeiro para consolidar o *capitalismo monopolista* no Brasil.

O processo de industrialização nacional, entre as décadas de 1930 e 1980, foi acompanhado de um movimento de integração do mercado nacional o qual têm suas fases e estruturação das dinâmicas regionais, inseridas no quadro do movimento do capital. A primeira fase, 1933/1956, caracterizou-se por uma *integração via dominação comercial*, a

<sup>11</sup> Cf., OLIVEIRA, F. op.cit., pg., 42.

<sup>12</sup> CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

<sup>13</sup> Sobre a origem da indústria brasileira e sua diversificação na década de 1920, consultar: SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 2000.

<sup>14</sup> Sobre a fase da industrialização pesada, consultar: CANO, W. op.cit.. TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. TAVARES, M. C. *Ciclo e crise. O movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil. Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>15</sup> POSSAS, M. L. *Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. Notas introdutórias*. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ensaio sobre a crise*. 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Vol., 2, pp., 09-40.

partir da expansão da indústria paulista que vai determinar a articulação mercantil com as diversas regiões do país. A segunda fase, 1956-1962/1985, caracterizou-se por uma *integração via dominação do capital financeiro*, que expandiu a expansão agrícola e industrial de acordo com os interesses do capital financeiro sediado, principalmente, em São Paulo<sup>16</sup>.

A primeira etapa está ligada ao movimento de diversificação em que a indústria brasileira passou no decorrer da década de 1920. Neste momento, as indústrias concentradas na região sudeste – particularmente Rio de Janeiro e São Paulo – se diversificam qualitativamente, com a introdução de setores vinculados à produção de insumos industriais – metalurgia e cimento. É neste momento também que o parque industrial paulista torna-se o principal do país<sup>17</sup>.

A política econômica do Estado Novo (1937-1945), estimulou ainda mais a concentração industrial em São Paulo, cujo processo se consolida entre as décadas de 1930 e 1970, ao destruir as barreiras alfandegárias entre outros fatores, os quais a indústria paulista pôde assim, determinar o padrão das relações de troca com as demais regiões do país, em que se inicia um grau de complementaridade entre estas e as necessidades daquele complexo industrial. Dessa forma, a integração na primeira etapa, assentada num padrão horizontal, concentrado nos ramos de bens de consumo correntes, tornou o capital industrial sediado em São Paulo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, o qual proporcionou um forte incremento do comércio intra-regional, abrindo possibilidades da retomada do crescimento de todas as regiões brasileiras, especialmente àquelas dependentes da demanda externa.

A segunda etapa deste movimento dá-se concomitante a mudança no padrão de acumulação que ocorre com a oligopolização do processo de industrialização nacional, a partir da segunda metade da década de 1950 e com o Regime Militar. A implantação da indústria pesada – siderurgia, bens de capital e bens de consumo duráveis, reforçou ainda mais a concentração industrial em São Paulo. A partir desse momento, as necessidades impostas pelo novo padrão de industrialização, passou a deslocar capitais do “centro dinâmico” para as demais regiões do país, as quais atrelam seu crescimento às necessidades do capitalismo monopolista. Dito de outra forma, a Avenida Paulista vai ditando aos estados como eles devem se inserir no mercado nacional, por meio do deslocamento de investimentos e chancela do Estado. É dentro desse contexto que falamos em *integração via dominação de capitais*.

O movimento de integração do mercado nacional ao longo das décadas de 1930 e 1970 propagou uma série de *efeitos* no interior das economias regionais. Cano classifica esses efeitos em: *efeitos de estímulos, efeitos de inibição e efeitos de destruição*<sup>18</sup>.

Na região Nordeste, que é o que nos interessa, temos na primeira etapa a propagação dos *efeitos de inibição e destruição*, devido a predominância das relações de produção pré-capitalistas em sua atividade nuclear, a agricultura. A produção agrícola nordestina não se modernizou, mantendo-se intocada sua estrutura agrária e a indústria produzia com tecnologia obsoleta, frente, especialmente à indústria têxtil paulista, que produzia já de

---

<sup>16</sup> Sobre o movimento da integração do mercado nacional, consultar: CANO, W. op.cit.

<sup>17</sup> Sobre a concentração industrial em São Paulo, consultar: CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. DEAN, W. *Industrialização de São Paulo – 1880/1945*. 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

<sup>18</sup> CANO, W. *Desequilíbrios...* op.cit. Capítulo 5.

forma concentrada, com maiores possibilidades de expansão. A indústria têxtil nordestina operava para mercados regionais o que dificultou sua inserção no mercado nacional<sup>19</sup>. À medida que se avança o movimento do capital em direção ao capitalismo monopolista, os efeitos de destruição na agricultura tradicional do Nordeste se farão notar mais forte<sup>20</sup>.

Em contrapartida, principalmente, na segunda etapa, deu-se efeitos de estímulo à produção industrial nordestina. Nas décadas de 1960 e 1970 investimentos importantes, vinculados aos bens intermediários – como petroquímica e outros derivados – se instalaram na Bahia, além da modernização da indústria têxtil<sup>21</sup>. No conjunto, no correr da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, a indústria sediada fora de São Paulo cresceu a altas taxas, o que demonstra que o novo padrão de acumulação monopolista estimulou um movimento de desconcentração industrial, embora São Paulo ainda e sempre se constituísse no centro dinâmico<sup>22</sup>.

No final da década de 1970 e no correr da década de 1980, como consequência da crise de *Bretton Woods*, que rompeu o sistema monetário internacional, provocando instabilidade monetário-financeira, com grande volatilidade das taxas de câmbio, de juros e de outros parâmetros internacionais; e, das mudanças de caráter tecnológico-organizacional que impôs reestruturação produtiva das grandes corporações internacionais, por meio da integração vertical transnacional, países como Brasil viram-se suas dívidas externas explodirem e seu projeto de desenvolvimento nacional assentado no Estado eclipsarem. Somam-se a isto, a adesão do país ao Consenso de Washington, no início da década de 1990, que impôs uma abertura radical das economias subdesenvolvidas, impondo uma ideologia neoliberal que quebrou vários países, provocando queda e estagnação das taxas de crescimento. O Brasil ao longo dos anos de 1980 e 1990 viveu um período de crise econômica que desarticulou o seu processo de industrialização em curso, principalmente, a integração do mercado nacional, mergulhando os estados federados em uma guerra fiscal que ainda não conseguimos sair.

Com a crise econômica brasileira nas décadas de 1980 e 90, rompe-se o movimento de integração do mercado nacional. A divisão regional do trabalho é desorganizada à medida que a própria dinâmica da economia nacional entra em colapso e o Estado vê seu poder ordenador debilitado, tanto em termos de recursos, quanto do aparelhamento ideológico neoliberal que as velhas oligarquias regionais e tecnoburocratas do centro dinâmico adotaram na condução do setor público. Até meados da década de 1990 o país viveu uma crise inflacionária, com surtos insustentáveis de expansão e grave penúria cambial. A implantação do Plano Real, em julho de 1994, teve com objetivo a estabilidade monetária, em detrimento do desenvolvimento econômico. Mesmo com ingresso crescentes de capitais a partir de 1995, o país ficou vulnerável aos ataques especulativos no final da década de 1990, não consubstanciando a entrada de capitais em investimentos produtivos.

Nos anos da crise das décadas de 1980 e 90 dois fatores principais marcaram o processo de diferenciação regional<sup>23</sup>. Em primeiro lugar, a retração geral dos investimentos interrompeu as tendências de desconcentração industrial que haviam sido postas em

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Sobre os impactos no Nordeste, consultar: NETO, L. G. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> CANO, W. *Desequilíbrios...* op.cit.

<sup>23</sup> Sobre a dinâmica regional brasileira nas décadas de 1980 e 1990, consultar: PACHECO, C. A. *A fragmentação da nação*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

marcha a partir do final da década de 1960 e início de 1970 – especialmente pelo bloco de investimentos decorrentes do II PND. Isto só reforçou novamente o papel dos núcleos de concentração industrial situados no sudeste do Brasil, particularmente São Paulo.

Em segundo lugar, em decorrência do primeiro fator, se sobrepôs um novo elemento diferenciador da dinâmica regional, qual seja, o *drive* exportador absolutamente indispensável para viabilizar o serviço dos passivos externos, numa situação de permanente escassez cambial, tendeu a privilegiar os setores e sub-regiões produtoras de *tradeables* exportáveis – com capacidade produtiva excedente e eficiente pois recentemente criada na segunda metade da década de 1970 com escalas adequadas e tecnologia atualizada – exemplos os produtos siderúrgicos, mineração, papel e celulose, suco de laranja, soja e derivados, alumínio etc. Este movimento favoreceu o interior de São Paulo, Minas Gerais, o Centro-Oeste, o Paraná, o Sul da Bahia e sub-regiões no Norte, como Carajás<sup>24</sup>.

Posto isto, intensificou-se uma tendência que Pacheco denominou de *fragmentação do dinamismo territorial brasileiro*, pois reflexa da demanda externa, e portanto um crescimento regional centrífugo, restrito, especializado e excludente<sup>25</sup>.

Em resumo, o enfraquecimento da capacidade federal de coordenação das políticas, a emergência de novas formas de organização de produção e de “novas externalidades” locais, a estruturação de redes de informação e de *sourcing* criaram um novo quadro que privilegia a iniciativa local-estadual de captura de oportunidades de investimento e de desenvolvimento de atividades exacerbando a guerra fiscal entre os entes federativos para atração ou deslocamento de investimentos, quebrando os laços de solidariedade entre as regiões brasileiras<sup>26</sup>.

Não obstante, a mudança de governo em 2002 e o acelerado crescimento mundial, impulsionado pela China, nos anos recentes – embora a crise financeira norte-americana que esteja desacelerando a economia mundial em 2008 com impactos no futuro próximo – o Brasil voltou a crescer, com significativa ampliação do consumo e do crédito o que impulsiona os bens duráveis e bens de capitais, aumento significativo das exportações e das reservas cambiais e reativação da construção civil que vive um *boom* imobiliário. Resta saber se o crescimento atual é sustentável no longo prazo e se ele está recompondo a integração do mercado nacional em novas bases. Ou seja, se a política econômica anunciada pelo governo visa a superação da tendência à formação de um mosaico espacial com poucas ilhas de crescimento em meio a extensas áreas deprimidas, recompondo uma divisão regional do trabalho. Bem, não vamos responder estas questões neste espaço, o nosso objetivo é perceber a inserção do Maranhão nessa “nova divisão regional do trabalho” bem como mostra qual tem sido sua dinâmica de desenvolvimento no quadro atual da expansão capitalista no Brasil.

## **2 A dinâmica do desenvolvimento recente do Maranhão – 1970/2006.**

---

<sup>24</sup> COUTINHO, L. *Apresentação*. In: PACHECO, C. A. op.cit. pp., 07/08.

<sup>25</sup> *Ibid.*

<sup>26</sup> COUTINHO, L. op.cit.

No quadro do movimento de integração do mercado nacional, o Maranhão só se efetiva após 1964, num primeiro momento como supridor de alimentos básicos (arroz) e pecuária bovina; posteriormente com o Grande Carajás como exportador de minério (ferro e alumínio) Como vimos, para que o capital pudesse se reproduzir nacionalmente os *efeitos de bloqueio e destruição* nas antigas economias regionais – principalmente no Norte e Nordeste – estiveram em curso.

No caso do específico do Maranhão, com a mudança no padrão de acumulação, e em especial, entre os anos de 1970 e 1985, o seu processo de incorporação ao mercado nacional, deu-se a partir de gordos subsídios por parte do governo às grandes empresas comerciais e agropecuárias com objetivo de modernizá-las tecnologicamente, bem como gerarem demanda de insumos ao pólo dinâmico do capitalismo brasileiro. A principal meta dos órgãos governamentais – SUDAM E SUDENE –, para o caso maranhense, pautava-se no aceleração da absorção de grandes áreas devolutas de terras por grandes empresas agropecuárias<sup>27</sup>.

Podemos afirmar que a política de desenvolvimento regional para o Maranhão, pelo menos no setor pecuário, cumpriu seus objetivos produtivista e modernizante. Incorporou-se milhões de hectares (mais de cinco milhões de hectares num espaço de tempo (1970/1980) nas atividades agropecuárias, majoritariamente na pecuária de corte extensiva cuja consequência foi a retração da agricultura familiar e do extrativismo do babaçu<sup>28</sup>. A lógica deste processo se deu pela concessão de incentivos fiscais e outros tipos de subsídios. Segundo Arcangeli, os projetos aprovados pela SUDAM, SUDENE ou CODEMA (Conselho de Desenvolvimento do Maranhão), sempre estiveram associados à hiper áreas por conta da dimensão dos mesmos, cuja área média na década de 1970 era de dezesseis mil por hectare (16.000/ha)<sup>29</sup>. Mas o curioso é que, mais de trinta anos depois, quando se procura tais empreendimentos incentivados nas estatísticas oficiais ou nos locais de origem de instalação parece que todos sumiram ou foram desmembrados.

O que deu errado? Por que o Maranhão, embora em tese dispusesse de toda uma gama de políticas e de instrumentos poderosos de transformação, como a política de modernização agrícola, baseada num farto e barato crédito subsidiado não gerou novos excedentes – efeitos de encadeamento prospectivos e retrospectivos – à dinâmica interna com o objetivo de promover um amplo processo de modernização nas relações de produção existente no estado?

No Maranhão, a Política de Crédito Rural – mas também de Preço Mínimo – responsável pela modernização do setor agropecuário, especialmente, entre 1970 e 1985, teve efeitos residuais, dado que ela só se manifestou de forma pontual, nos casos da pecuária de corte, na produção de arroz irrigado e alguns poucos setores da agroindústria

---

<sup>27</sup> Disto resultou que a superfície média das fazendas em fases de implantação passou a ser de 18.750 ha. Ademais, a SUDAM passou a não aceitar projetos com menos de 25.000 ha mínimo necessário para garantir a rentabilidade nas condições de exploração extensiva de gados nas terras amazônicas e para preservar o “equilíbrio ecológico”. Convém dizer que a SUDAM obrigava guardar reserva de floresta em 50% das superfícies dos projetos aprovados.

<sup>28</sup> Ver MESQUITA, B, A. *As transformações da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000*. Tese (doutorado) Co-tuttele UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

<sup>29</sup> Ver Arcangeli, A. *O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 1987.

como o beneficiamento de óleos vegetais e madeira, sendo pouco representativa para o conjunto da economia e produtores beneficiados. Ou seja, estes principais instrumentos de modernização econômica pouco fizeram em termos de transformação qualitativa do perfil produtivo do estado. Os efeitos se restringiram ao período de auge dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado, a partir daí (crise dos anos 80) coube as forças de mercado dar a dinâmica desta expansão e modernização que se manifestar-se-á no agronegócio da soja e do eucalipto<sup>30</sup>.

É, portanto neste contexto, que se deve compreender, o maior ou menor grau de crescimento econômico, no sentido de transformação de uma economia, ele decorrerá do nível de expansão das atividades que o capital esteja disposto a fazer e das expectativas de lucros esperada que, por sua vez, se articulam com o tamanho e o crescimento e tipo de mercado prevalecente<sup>31</sup>. Dado que, num sistema de monopólio, as empresas enfatizam menos a competição de preços aumentando a competição em termos de inovação tecnológica e de organização.

A incorporação de insumos modernos no setor agropecuário do Maranhão como um todo, ocorreu, como vimos de forma pontual e seletiva, e se articula com as grandes empresas e latifúndios subsidiados pelo Estado no período áureo da política de incentivos fiscais. Por serem pouco numerosos, considerando o universo da atividade, e produzirem para o centro dinâmico sem preocupação de expandir o mercado local<sup>32</sup>.

Assim, outra questão se coloca. A política macroeconômica dos governos federais – fiscal, monetária e cambial – tinha por objetivo beneficiar as áreas dinâmicas da economia brasileira, isto é, a indústria e a agroindústria do sudeste e do sul do país. Seus efeitos acabaram por reforçar as desigualdades regionais, à medida que a incorporação do Norte e Nordeste era de complementaridade ao pólo e a política econômica um poderoso instrumento de desenvolvimento deste mesmo pólo<sup>33</sup>.

Contudo, foram estes instrumentos de crédito e incentivos fiscais estabelecidos pela política macroeconômica nacional para o âmbito regional, a principal ferramenta indutora de investimentos que viabilizou a expansão capitalista no Maranhão de algumas poucas atividades. O crescimento econômico do estado nas décadas de 1970 e 1980, em particular da pecuária, é expressão desse conjunto de fatores de ordem política e econômica, com desdobramentos nas ordens sociais e demográficas, interagindo sob diferentes ângulos resultando daí transformações diferenciadas, diversificadas nos variados planos dessa sociedade, sendo que em alguns as mudanças são muito mais profundas do que em outros.

O exemplo mais significativo é justamente, o acelerado ritmo de expansão da agropecuária e a participação crescente desse setor desde a década de 1970 no conjunto da economia do Maranhão.

---

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Sobre isto ver: LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. (1934). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

<sup>32</sup> MESQUITA, B. A. *Ação Governamental, Mercado e a Cadeia produtiva: uma análise sobre o sistema de comercialização da pecuária maranhense*, Paris, 2003. (Mimeo).

<sup>33</sup> Isso não quer dizer que não houve políticas compensatórias à periferia. As principais políticas compensatórias para preencher as lacunas das políticas macroeconômicas nacionais no âmbito das regiões periféricas foram: Proterra, Polonordeste, Poloamazônia, Projeto Sertanejo, Programa de Modernização da Agroindústria para o Nordeste. Uma avaliação de tais instrumentos voltados para a agricultura do Nordeste é realizada por SAMPAIO, et. al...(1987)

Mas, não podemos dizer que a inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro induzido pela atuação do Estado se deu de forma qualitativa ou generalizada, transformando as relações de produção no contexto sócio-econômico do estado e alterando seu precário perfil socioeconômico vigente de longas datas.

Se analisarmos algumas variáveis importantes como a dinâmica demográfica, a dinâmica econômica e dinâmica social, veremos que o desenvolvimento sócio-econômico recente do Maranhão é *insustentável*. O crescimento econômico tendo como carro chefe a pecuária bovina não conseguiu reverter o quadro de atraso em que se encontra o estado a gerações. Embora sem dúvida mudanças importantes venham ocorrendo com a alteração da matriz produtiva do setor industrial nos anos noventa.

No que toca à variável demográfica, o que é importante destacar é a participação relativa da população rural em relação à população urbana. Embora, entre as décadas de 1980 e 2000 o contingente urbano foi paulatinamente superando o rural.

A população do Maranhão atual é de aproximadamente seis milhões (6.000.000) de habitantes, que representa 12% do Nordeste e 3,3% do Brasil. Esse contingente populacional encontra-se numa área aproximada de 332 mil/km, ou seja, 21,4% da área do Nordeste e 3,9% do Brasil. Em 2000, a população urbana perfazia 59% da população total contra 41% da população rural<sup>34</sup>. Entre 1970 e 2002 a população maranhense cresceu cerca de 2,1% ao ano, contra 1,74% do Nordeste e 2% aproximadamente do Brasil. Essa taxa é bem menor tomando dados mais recentes do IBGE, entre 1985 e 2004, que declina para 1,64%, mas ainda superior a taxa do Nordeste de 1,45% ao ano, no mesmo período. Pelos dados agregados podemos notar que a taxa de crescimento da população maranhense vem declinando ao longo destes anos, embora em termos relativos sua participação frente ao Nordeste permaneça constante, cerca de 11,5%<sup>35</sup>.

Bem, como já dissemos, a mudança importante na dinâmica demográfica do Maranhão é o crescimento da população urbana. Contudo, a urbanização maranhense continua sendo a menor do país. Inúmeros fatores respondem pelo aumento do crescimento dessa população urbana e pela mudança do perfil demográfico do Maranhão, que vem se acelerando. Os principais fatores são: aumento da migração campo-cidade, devido a concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural.

O abandono secular em que se encontra essa parcela populacional do campo favoreceu o aparecimento de dezenas de médias cidades, principalmente no eixo do corredor da Ferrovia Carajás. O crescimento destes núcleos urbanos, se de um lado, criou um mercado consumidor importante, antes insignificante, para inúmeros produtos que favorece o incremento do comércio e de serviços nestes locais; por outro, trás problemas de insuficiência de oferta tanto no plano das demandas coletivas – educação, saúde, segurança, habitação – quanto no aspecto do emprego. Em outras palavras, é perceptível a

---

<sup>34</sup> Dados do (IBGE.)

<sup>35</sup> Todos os dados apresentados a seguir foram retirados do relatório preliminar do IMESC/FAPEMA e também da série histórica das contas regionais do IBGE. IMESC (Instituto Maranhense de Estudo Econômico e Social e de Cartografia). *A dinâmica do desenvolvimento in(sus)tentável no Maranhão*. Relatório Preliminar de Pesquisa: São Luis-Ma, 2008. encontrado no sitio: [www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)

democratização de problemas e a socialização da miséria antes privilégio de grandes metrópoles. Por fim, a dinâmica urbana do Maranhão está muito concentrada em poucos municípios que concentra mais de 50% da população total do estado<sup>36</sup>.

Sobre a questão da dinâmica econômica, há um consenso entre os economistas locais que a economia do Maranhão vem passando por mudanças importantes sob todos os aspectos quantitativos e qualitativos, nos anos recentes. Claro está que para alguns setores e/ou atividades elas são muito mais significativas do que para outros, pelo histórico da própria inserção do estado no movimento de expansão capitalista brasileiro. Como as fontes de informações disponibilizadas em nível estadual são escassas, insuficientes e pouco confiáveis, uma visão de médio e longo prazo não é tarefa fácil de se realizar. Portanto, vamos nos ater a dados disponibilizados pelo IBGE (contas regionais) para traçar a dinâmica da economia maranhense entre 1970 e 2005<sup>37</sup>.

Observando a trajetória da economia do Maranhão, entre 1970 e 2004, percebemos mudanças importantes. No que toca a taxa de variação do PIB em termos quinquenais, a maior foi no período 1975/80 e a pior entre 1990/95<sup>38</sup>. Ou seja, no primeiro período estamos vivendo a *belle époque* dos incentivos fiscais e da grande expansão da pecuária. No segundo período, as conseqüências da crise da dívida externa, o início da economia política neoliberal, que trás consigo o afastamento do setor público como indutor dos investimentos na economia, além de uma época de explosão inflacionária, desmantelamento do mercado nacional e início da “guerra fiscal” entre os estados.

Contudo, também percebe-se ao analisar as contas regionais que, com exceção do período 1970/75, quando os efeitos da política regional são ainda incipientes no Maranhão, todos os demais o estado apresenta taxas de crescimento superior a média do Nordeste<sup>39</sup>.

Com base nos dados do PIB do Maranhão anualizado a preço de dezembro de 2004 (base 100 = 2004)<sup>40</sup> o desempenho da economia maranhense nos últimos 20 anos foi de 4,5% ao ano, superior a média do Nordeste 3,9% ao ano. Todavia, é no curso da década de 1990 que ela é mais significativa, isto é, 3% ao ano. O que explica essa trajetória numa época “perdida” da economia nacional? A nosso ver esse crescimento é impulsionado não só pela pecuária, já tradicional, mas também pela soja, eucalipto e carvão vegetal, além dos investimentos maturados do II PND referentes à extração mineral da região de Carajás, que vão constituir em principais produtos de exportação do país ao longo da década de 1990.

Apesar deste desempenho o Maranhão superior ao Nordeste e ao Brasil detém uma posição ainda muito modesta na geração de riqueza (PIB) tanto em termos absolutos R\$ 16,547 bilhões de reais em 2004, quanto relativo, 0,9% do total do país. Só recentemente é

---

<sup>36</sup> Destacam-se: São Luís, Imperatriz, Açailândia, Bacabal, Timon, Caxias, Codó, Balsas, Santa Inês, Barra do Corda, Chapadinha, Pinheiro e Buriticupu.

<sup>37</sup> O IBGE em suas contas regionais disponibiliza duas séries relativas a essa questão. Uma de 1985/2004 e uma mais recente já como uma nova metodologia de cálculo do PIB de 2002 a 2005. Para analisar a tendência de médio e longo prazo de crescimento dos grandes agregados do estado – PIB, PIB per capita, participação do estado no PIB nacional a preços correntes e participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto do Brasil a preços correntes – estamos usando essa série mais antiga e para acompanhar a dinâmica mais recente utilizamos a nova metodologia.

<sup>39</sup> Ver Mesquita 2006; 2003, op.cit.

<sup>40</sup> Para deflacionar usou-se o deflator implícito do PIB e os cálculos anualizados (% a.a.) foram realizados pelo Professor Alan Vasconcelos dos Santos do Departamento de Economia da UFMA a quem os autores agradecem pela gentileza de executá-los.

que o Maranhão ultrapassou a barreira histórica de 1%, alcançando 1,17% do PIB nacional em 2005. Em termos de participação relativa do PIB maranhense em relação ao Nordeste, nota-se um aumento ainda modesto, isto é, salta de 5,2% em 1985 para 6,7% em 2004, enquanto a posição do Nordeste frente ao Brasil permaneceu inalterada neste mesmo intervalo, cerca de 14% ao ano.

Quanto a renda per capita do Maranhão, percebe-se uma curva ascendente ao longo do período, seja pela menor taxa de crescimento demográfico, seja pelo crescimento econômico. A taxa média de crescimento da renda per capita do Maranhão entre 1985/2004 foi de 2,8% ao ano, bem superior a do conjunto do Nordeste que foi de 1,72% ao ano. Contudo, outros estados do Nordeste e de outras macro-regiões do país também tiveram taxas importantes de crescimento em igual período. Se isso permite que o *gap* entre o Maranhão-Nordeste-Brasil diminua um pouco, por outro lado, essa taxa dificulta um avanço mais rápido na superação deste abismo descomunal que ainda há entre o Maranhão e mesmo os estados mais importantes do Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará. Basta observar a média entre Nordeste, Brasil e Maranhão em 2004. A do Nordeste mesmo sendo uma das menores do país – R\$ 4.927,00 – é quase o dobro do Maranhão – R\$ 2.748,00 – ou seja, 56%. Frente ao Brasil, a renda per capital do Maranhão é apenas 28,2% (mas já foi pior, em 1985 era apenas 46% do Nordeste).

Em resumo, a renda per capita do Maranhão é um pouco acima de 50% da renda do Nordeste e menos de 1/3 da renda brasileira, isso sempre lhe rendeu os últimos lugares do *grid* nacional.

Mas, o que mais nos preocupa, é que neste cenário recente de crescimento acelerado nos últimos anos, a economia maranhense está sendo impulsionada sobretudo pela dinâmica externa vulnerável a bruscas oscilações e tem como base de sustentação apenas três commodities soja e os minérios de ferro e alumínio. As atividades internas que poderiam a curto ou médio prazo alavancar um crescimento econômico sustentável e compatível com a imensa parcela da população, a exemplo, de uma agricultura familiar moderna, uma agroindústria integrada e o turismo não estão sendo estimuladas. Pelo menos não há investimento que dê visibilidade de uma maior taxa de crescimento destes setores no cômputo geral da economia maranhense.

Assim sem uma taxa de crescimento econômico alto e sustentável por décadas a fio, o Maranhão terá imensa dificuldade de superar o fosso existente com os demais estados da Federação e mesmo com os principais do Nordeste.

No que toca à questão social, percebe-se que as altas taxas de crescimento da economia maranhense dos anos recentes e as promessas de desenvolvimento baseada na introdução do grande capital no campo e na industrialização – que estar por vir – constantemente apregoada pela classe dominante e pelo governo de plantão ao longo dos últimos 40 anos, não têm dado cabo e muito menos de estabilizar a “miséria”. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombos, indígenas, pescadores artesanais, etc. A concentração da renda e da terra continua alarmante, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; etc. As pesquisas e índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental realizados pela ONU/IPEA e Universidades locais desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de

desigualdade em que se encontra a população. Isto coloca o Maranhão como um dos piores do país<sup>41</sup>.

Uma rápida passagem pelos indicadores sociais relacionados ao Maranhão nos dá uma real posição, aliás, muito desconfortável do produto que resultou essa *forma de desenvolvimento* ao longo destas últimas décadas. É verdade que quase todos os dados relacionados a tal perfil têm alterado para melhor ao longo do período, mas a questão é que também outros estados da federação esse movimento ascendente também vem ocorrendo o que nos coloca em termos relativos num lugar de final de fila. É preocupante, pois dados recentes apontam para uma crise social generalizada no Maranhão. Observemos:

Em primeiro lugar, um dos principais indicadores de crise social é o IDH, em 2002, o Maranhão possuía um índice de 0,637 contra 0,687 do Nordeste e 0,767 do Brasil. O índice maranhense representa a pior posição, apesar de ter ocorrido uma substantiva melhoria entre 1970/2002, um crescimento de 61%. O índice de Gini que mede a desigualdade subiu de 0,60 para 0,70, entre 1991 e 2000. Se nos detivermos à expectativa de vida ao nascer, em 2002, para o Maranhão era de 65 anos contra 66 do Nordeste e 69,4 do Brasil.

A respeito dos índices educacionais, o nível de alfabetização, isto é, percentual de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas, o Maranhão detinha 64%, contra 77% do Nordeste e 89,6% do Brasil. Soma-se a isto, a média de estudo da força de trabalho é baixíssimo era de 2,8, em 1991, passando para 4 anos em 2000. O número de pessoas em curso superior (o Maranhão conta com 2 universidades públicas – 1 federal e uma estadual – e 18 particulares) é insignificante, 60 mil.

Há que se destacar que a desigualdade expressa pelo índice de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de US\$ 1 em 2000) era de 30%, contra 24% do Nordeste e 12,9% do Brasil. Os 30% do Maranhão representam 1.800.000 pessoas (Um milhão e oitocentas mil). É o estado da Federação com maior índice de indigência. Na chamada *Linha da Pobreza* há 86 municípios, isto é, aproximadamente, 4,8 milhões de pessoas. No entanto a proporção de pobres os quais utilizam programas sociais dos governos caiu entre 1991 e 2000, cerca de 11%.

Quanto a distribuição e concentração de renda ela se intensificou entre 1991 e 2000. Em 1991 os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000 se apropriavam apenas 1,2%. Já os mais ricos detinham 2/3 da renda, isto é, 64%, passando a deterem em 2000 69% da renda gerada no estado.

No que diz respeito ao aspecto ambiental o modelo de expansão adotado, assentado na pecuária extensiva e em anos recentes na produção de carvão vegetal, provocou conseqüências irreparáveis nos ecossistemas da Amazônia e dos Cerrados. O nível de desmatamento apresenta um crescimento intenso até meados da década de 1980, depois declina levemente no início da década de 1990, voltando a crescer fortemente com o ciclo das *commodities* na década dos 2000.

Decompondo esse processo de desmatamento temos que, entre 1970 e 1985, vinculava-se a pecuária, cerca de 56%, a estabelecimentos com área superior a mil hectares, predominando espacialmente nas meso-regiões Sul e Oeste. No período pós 1985, além destes fatores, o desmatamento também se articula com a expansão da soja e do carvão

---

<sup>41</sup> Ver sobre isto MIQCB/DFID. *Alternativas econômicas sustentáveis para a erradicação da pobreza na região do babaçu*. São Luís, jan. 2001. Disponível no sitio [www.miqcd.org.br](http://www.miqcd.org.br)

vegetal (para fabricação de ferro-gusa) e, sobretudo, vincula-se espacialmente ao Sul e ao Oeste do estado.

Observando o quadro geral deste desmatamento, há uma dinâmica interna vinculada à lavoura temporária e a pecuária e outra externa, com as monoculturas e também a pecuária. Em termos de dimensão e velocidade de expansão, nota-se que a atual fase 2000/2008, o desmatamento tem características mais predadora do que aquela prevalecente à época dos incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado. Estimativas realizadas mostram que entre 2000 e 2005, o desmatamento girou em torno de 3,5 mil/km, ou seja, 350 mil hectares ano o que dá uma taxa de 13% ao ano, contra respectivamente 25 mil hectares ou 3,6% ao ano da fase anterior<sup>42</sup>.

### 3 Os entraves e as perspectivas para o desenvolvimento do Maranhão.

Ao analisarmos a inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e abordarmos uma breve síntese da dinâmica sócio-econômica recente do estado, pretendemos agora tentar encontrar os fatores que explicariam a manutenção e/ou aprofundamento dessa debilidade estrutural e exclusão social que se encontra o Maranhão.

Uma questão se coloca. Mesmo com um ritmo de crescimento econômico de 4,2% a.a., ao longo destas três últimas décadas, por que o Maranhão não alavancou sua economia e sociedade?

Na visão dos ortodoxos, o problema se encontra no próprio formato de atuação do Setor Público na economia brasileira até a década de 1990. Segundo eles o Estado não conseguiu dar cabo ao que se propôs na “Época Desenvolvimentista” de criar as bases do desenvolvimento industrial e integração nacional, por meio de sua forte presença na economia. O Estado se constituiu autoritário, inchou, se corrompeu, sugou e ainda suga grande parte da riqueza gerada no país, impedindo a livre atuação dos mercados, estes sim, capazes “salvarem” a nação da barbárie.

Por outro lado, para a esquerda e os desenvolvimentistas, o fracasso do desenvolvimento brasileiro e sua desarticulação regional, está vinculada justamente a retirada do Estado de suas funções históricas de induzir o desenvolvimento, que se iniciou em meados da década de 1980 e se aprofundou na década de 1990, com a adesão *in contest* da classe dominante brasileira ao *Consenso de Washington*.

A nosso ver, não importa identificar o argumento mais sólido, isto é, nem tanto ao Estado nem tanto ao Mercado; mas apontar, neste espaço os fatores que entram no desenvolvimento econômico do Maranhão.

Inúmeros podem ser arrolados, mas para nós, os mais importantes *entraves* são:

Em primeiro lugar, *a frágil base produtiva* que prevalece na economia do Maranhão. Isto é, sua atividade econômica se resume, de um lado, na *agricultura não capitalista* atomizada e com um imenso gargalo de financiamento e comercialização; de outro, na *agricultura capitalista* altamente concentradora de renda e terras e responsável pela degradação ambiental. Em segundo lugar, vinculado à primeira, *a baixa produtividade* dominante em todos os setores produtivos, que por sua vez, está

---

<sup>42</sup> MESQUITA, B. A. 2006. op.,cit.

estritamente ligado ao nosso terceiro fator, *a precária infra-estrutura* disponibilizada, a qual se relaciona com o quarto entrave que é talvez o mais importante de todos, *o baixo nível de investimento* que prevaleceu no longo prazo. Como vimos, os investimentos no Maranhão foram pontuais e seletivos, direcionados a *setores intensivos de capital* ou para *atividades extensivas* em áreas que pouco contribuíram na constituição de *linkages* estruturantes no estado.

É importante destacar que, ao lado destes entraves apontados anteriormente, deu-se um lento processo de crescimento em termos de área e volume da produção agrícola de micro, pequeno e médio porte, isto é, a agricultura familiar, os pequenos e médios agricultores capitalistas, o melhoramento nas técnicas de extração do babaçu; atividades essenciais para a garantia de renda e segurança alimentar, que agrega uma parcela significativa da população rural e do estado – mais de hum milhão de almas – e que não estiveram nos objetivos das políticas econômicas dos governos, preocupados somente com grandes empreendimentos capitalistas. Tal lentidão explica, em parte, a atual crise social do Maranhão.

Em outras palavras, delineiam-se assim, entraves de ordem estrutural e conjuntural que constituem obstáculos no avanço das forças produtivas nas diferentes atividades econômicas e, portanto, do próprio desenvolvimento econômico do Maranhão.

Em termos estruturais, além dos já apontados, acrescentamos a *concentração de terra* e a *concentração de renda*.

Nos termos conjunturais, o desconhecimento e o não comprometimento por parte dos sucessivos governos estaduais e da própria elite do estado em relação aos problemas estruturais elementares, o que impede a constituição de um plano de ação eficaz para enfrentar a questão do *subdesenvolvimento*. Isto é, a atuação do Setor Público em criar um ambiente institucional que possa ao mesmo tempo, planejar a inserção do *grande capital* e criar condições favoráveis para a inclusão social dos agricultores familiares, dos extrativistas, de expandir e melhorar a qualidade da educação, de investir em tecnologias – articulando empresas e universidades – para melhorar a produtividade do trabalho e da terra; ampliar os serviços para que haja empregos no setor urbano; enfim, se o desenvolvimento significa melhoria das condições de vida, aumento da segurança e de justiça, de conquista da cidadania, então é preciso construí-lo via remoção destes obstáculos que aí estão, dado que as políticas públicas até então adotadas não vem produzindo os resultados esperados.

Na verdade, o que percebemos ao analisar os dados quantitativos e conectá-los ao ambiente concreto da vida política e social do estado, é que a classe dominante maranhense está alheia às questões estruturais e avessas a um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Então, outra questão se coloca, quais são as perspectivas para o desenvolvimento econômico do Maranhão?

A resposta a essa questão não pode ser descolada da perspectiva nacional. Se antes de 1980 o Brasil cresceu a invejáveis taxas de 7,2% a.a., aproximadamente, sendo comparado aos “tigres asiáticos” e ao Japão; o mesmo não ocorreu nos últimos vinte anos. Entre 1982 e 2002, o Brasil cresceu apenas 2,4% a.a, uma das piores taxas já registradas no país e contra 3,5% da economia mundial, no mesmo período.

A partir de 2003 voltamos a crescer a taxas maiores, sendo que em 2007 o PIB alcançou 5,5%. As causas para o baixo crescimento anterior e a retomada atual estão na *taxa de formação bruta de capital fixo* e no nível de *investimento efetivado* na economia.

Cotejando as séries históricas do crescimento do investimento e do PIB brasileiro, podemos perceber o seguinte: entre 1966 e 1981, quando o PIB nacional cresceu a taxas elevadas, o investimento se expandiu acima de 10% ao ano. Com isso, a *formação bruta de capital fixo* passou de menos de 16% do PIB em 1966 para mais de 24% em 1981. Já no período posterior o investimento estagnou. Seu valor em 2005 era, em termos reais, praticamente o mesmo de 1982. A taxa de FBCF caiu de 24,3% em 1981 para 17,6% em 2003, seu menor nível.

A novidade no período atual, pós-2006, é que por trás desta expansão do nível de atividade, que alguns já estão qualificando de virtuoso e duradouro, se encontra também a expansão do consumo – o mercado interno –, ou seja, o “espetáculo do crescimento” prometido no primeiro governo Lula estaria enfim começando. O problema que se coloca é se tal fenômeno se concretizará. Isto é, se o crescimento atual é sustentável? Para garantir essa expansão o governo federal está atuando em várias frentes, as quais têm destaque: de um lado, o **PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)**, lançado em fevereiro de 2007, que articula três diferentes eixos programáticos – *infra-estrutura logística, infra-estrutura energética e infra-estrutura social e urbana* – os quais objetivam criar demandas para diferentes setores da economia e, portanto, incentivar novos investimentos e expandir o nível de emprego.

De outro lado, o **BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)** e outros bancos públicos – em menor proporção – dão as diretrizes gerais de quais os setores e atividades deverão ser objeto de financiamento e, portanto, para onde os investimentos aportarão<sup>43</sup>.

A verdade é que pela primeira vez em décadas, desde o II PND, que o governo federal volta a atuar de forma prepositiva induzindo e efetivando investimentos, indispensáveis e fundamentais para assegurar o crescimento econômico. Resta saber, se esse crescimento se traduzirá num desenvolvimento sócio-econômico, garantindo o bem-estar da sociedade brasileira!

Não vamos, neste espaço, analisar o PAC federal, mas sim, apontar quais os objetivos desse Plano e saber como ele vai interagir com as economias regionais.

O objetivo do governo federal é assegurar a expansão da *formação bruta de capital fixo* para os próximos anos de forma que isso se reverta em um crescimento sustentável de longo prazo. Contudo, a nosso ver, o ciclo de investimentos do PAC e do financiamento do BNDES está prenhe de instabilidade e, portanto, de sustentabilidade. Como se sabe, existe a “lei geral e imutável do capital”, em que o capitalista detesta insegurança e não quer assumir nenhum tipo de risco com os seus projetos e sempre espera pelo socorro da “velha e solícita viúva”, seja em épocas de crise ou na ampliação de novos investimentos.

Por outro lado, a atual performance econômica tem por base de sustentação o crescimento, principalmente da China, a qual está atrelada ao desempenho dos norte-americanos. A China expandiu a demanda mundial de commodities, especialmente os setores mineral e agrícola, que ampliou as exportações brasileiras e conseqüentemente, está garantindo a nossa balança comercial favorável. Isto quer dizer que, em parte, o

---

<sup>43</sup> Em 2006 o BNDES reuniu um conjunto amplo de informações sobre as perspectivas de investimento dos principais setores da economia brasileira, destacando nove setores da indústria, cinco da infra-estrutura, além de software e construção civil. No conjunto respondem por 45% da FBCF, 63% dos investimentos na indústria e 68% dos investimentos em infra-estrutura. Em termos de valores globais, identificaram –se projetos e perspectivas de investimento que somaram mais de R\$ 1 trilhão, o que representa metade do PIB brasileiro. Ver [www.brasil.gov.br/pac/infra\\_estrutura](http://www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura).

crescimento econômico brasileiro é dependente do cenário internacional, uma desaceleração do crescimento mundial, pode colocar em risco os investimentos do PAC.

E como o PAC interage com o Maranhão? Quais as perspectivas para o Maranhão, num cenário de expansão econômica nacional?

Observando as intenções de investimentos do PAC e da carteira de projetos do BNDES para o Maranhão constata-se o óbvio, isto é, o montante de recursos alocados para o estado é insignificante, restringindo-se a pouca obras como alguns poucos quilômetros de ferrovia – Norte-Sul –; habitação popular; recuperação de velhas estradas; uma mini-usina hidrelétrica e outros investimentos menores como o “território da cidadania” e o acesso aos Lençóis Maranhenses. Passando os olhos rapidamente na lista de projetos, não há para o estado um único investimento que alcance pelo menos R\$ 100 milhões.

Partindo da premissa de que a economia do Maranhão tem um grau de liberdade muito pequeno no processo de manipulação das variáveis que repercute no crescimento do PIB e que os setores dinâmicos da economia local – commodities – se articulam com a lógica de crescimento mais geral sobre qual pouco se pode atuar ou interferir, a perspectiva de se obter um quadro de desenvolvimento sustentável não depende das forças locais. Ao contrário, a marcha intensa de crescimento econômico e do PIB dificilmente ultrapassará média nacional ou mesmo do Nordeste. Isto significa dizer que – hipótese otimista – o Maranhão deverá manter sua posição relativa no Nordeste.

Este quadro estacionário está relacionado a incapacidade que os governos estaduais dos últimos 50 anos tem dado a sociedade local na atração de investimentos produtivos que alterem qualitativamente a dinâmica econômica. A economia maranhense é arcaica, colonial, onde o capital mercantil ainda constitui-se predominante no processo de acumulação – portanto lento – e o capital produtivo vincula-se a mega empresas que nos últimos 30 anos instalados obtiveram lucros bilionários, assentados na exportação de matérias-primas e manufaturas elementares, sem contribuir para a criação de *efeitos de encadeamentos* que possam alterar qualitativamente a estrutura produtiva do estado.

Num quadro geral, a tendência continua apontando para a melhoria das condições de vida da sociedade local, embora de forma desigual como destaca os últimos indicadores relacionados à apropriação da renda e da riqueza. Esta tendência ocorre, entre outras coisas, porque a base de comparação dos atuais indicadores é muito baixa em todos os sentidos.

#### **4 Considerações finais.**

Nosso objetivo com esse estudo foi analisar a dinâmica recente da economia do Maranhão e o seu impacto social. Partimos da variável investimento como pré-requisito essencial para o crescimento de uma economia, sendo este contínuo e constante constitui-se no fator determinante do desenvolvimento econômico. Vimos que, ao perpassar pelo processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, conduzido pelo Estado, num primeiro momento, e a inserção do Maranhão neste, os investimentos na economia maranhense foram seletivos e pontuais, circunscrevendo-se a empreendimentos de capital intensivo e a pecuária extensiva. Tais investimentos, se contribuíram para o crescimento bruto da economia, não se traduziu numa expansão qualitativa da base produtiva do estado, consubstanciando-se numa sociedade miserável e extremamente desigual.

Os 20 anos de economia estagnada só fez arrefecer esse processo desigual, não obstante a melhora quantitativa e relativa dos índices sociais do estado. Nos anos recentes o país voltou a crescer e o Setor Público retomou o papel prepositivo na indução dos investimentos, embora haja muitas dúvidas sobre a sustentabilidade desse crescimento ou se este está assentado num projeto mais amplo de geração e distribuição da riqueza em direção ao bem estar coletivo, rompendo com as características do desenvolvimentismo excludente do período 1930/1980.

A nosso ver, a raiz da pobreza, da desigualdade, da deterioração do meio ambiente e, portanto, do subdesenvolvimento do Maranhão, está identificado a determinados fatores essenciais, quais sejam, o precário acesso ao principal meio de produção – a terra –; a exclusão da cidadania, imposta à maioria da população, pois o Setor Público local ao não criar as condições para o investimento e geração de emprego, não oferecer serviços básicos de educação, saúde, habitação, condena-os a exclusão social. Esse é o modelo de política pública adotado até hoje no Maranhão. Banalizado, perverso, institucionalizado.

Que estratégia adotar, para a superação desse quadro desigual, perverso e concentrador de riqueza que está posto ao Maranhão? Manter o atual modelo excludente ou partir para a construção de um projeto de desenvolvimento que distribua a riqueza gerada internamente de forma mais democrática que almeje uma melhor distribuição de renda e acesso ao emprego? Se a opção é pelo caminho democrático-distributivo, então é preciso: eleger prioridades e implementá-las identificadas com a agricultura familiar e a expansão de pequenas e médias empresas rurais capitalistas – o agronegócio já tem incentivos, do mercado e do governo federal –; incentivos à pequena e média indústria voltadas para a produção de mercadorias e serviços que atendam às necessidades da urbanização tardia maranhense – a grande indústria mineral já está articulada com os projetos nacionais, o governo local tem que exigir uma contrapartida que possa dar conta da degradação ambiental provocado pelo setor; garantir inversões maciças em educação e desenvolvimento de novas tecnologias – estas sim articuladas com o governo federal, por meio de órgãos de fomentos.

Diversas experiências, antigas e atuais, em diferentes continentes e no próprio Brasil demonstram que alguns setores como a agricultura cumpriu e ainda cumpre um papel extraordinário na superação do subdesenvolvimento e na construção de um desenvolvimento econômico e social sustentável, criando empregos, ampliando o mercado interno, distribuindo renda e proporcionando excedentes exportáveis. É necessário no Maranhão alterar a estrutura agrária existente. Há que se destacar também o investimento em capital humano, e portanto, na apropriação do conhecimento. Em todos estes casos o Setor Público assumiu um papel fundamental, particularmente, criando as condições para o investimento, pois como nos ensina os manuais de macroeconomia, o *investimento é fator determinante do desenvolvimento econômico*.

## **Fontes e Sítios.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1970, 1995-96.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: [www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P). Acesso em: 01 abril de 2008.

## **Bibliografia.**

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 1987.

BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ensaio sobre a crise*. 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. 2 volumes.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

DEAN, W. *Industrialização de São Paulo – 1880/1945*. 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FERNANDES, R. C. (Org.). *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

IMESC (instituto maranhense de estudo econômico e social e de cartografia ). *A dinâmica do desenvolvimento in(sus)tentável no Maranhão ,relatório preliminar de pesquisa*, São Luis-Ma,2008.

LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LENIN, V. I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KALECKI, M. (1954). *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

KEYNES, J M. (1936). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil. Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MIQCB/DFID. *Alternativas econômicas sustentáveis para a erradicação da pobreza na região do babaçu*. São Luís, jan. 2001.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A dinâmica da agricultura maranhense no período 1970 a 1995. In: Reunião Anual da SBPC: Natal, 1998 a.

\_\_\_\_\_. Ação Governamental, Mercado e a Cadeia produtiva: uma análise sobre o sistema de comercialização da pecuária maranhense, Paris, 2003.

-----A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998b.

\_\_\_\_\_. Estrutura fundiária e relação de produção no babaçu. In: WAGER, A. et al. *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2001.

\_\_\_\_\_. As transformações da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. Tese (doutorado) Co-tuttele UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

NETO, L. G. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

OLIVEIRA, C. A. B. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO, C. A. *A fragmentação da nação*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

SAMPAIO, Yony et alli. *Política Agrícola no Nordeste: Intenções e resultados*. Brasília, Binagri, 1979, 360p.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. (1934). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SERENI, E. *Capitalismo y mercado nacional*. Barcelona: Editorial Crítica. 1980.

SMITH, A. (1776). *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 2000.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

TAVARES, M. C. *Ciclo e crise. O movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

